

O JORNALISMO COMO CAMPO DE DISPUTA DE GÊNERO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA INSERÇÃO DA MULHER NA IMPRENSA

Janaina Lopes de AMORIM¹
Thaisa BUENO²

RESUMO: O século XIX marcou a consolidação do jornalismo como campo, bem como o início da inserção das mulheres na área, com a influência da urbanização (TRAQUINA, 2005; ROCHA; SOUSA, 2011). Compreender como se deu esse processo é fundamental para entender as tensões como as violências simbólicas praticadas contra as jornalistas até os dias de hoje. Por isso, este artigo faz uma revisão de como se deu a inserção da mulher no jornalismo no Brasil, observando as disputas de poder entre os sujeitos pela dominação do espaço. Verificou-se que, desde a entrada das mulheres no mercado jornalístico, há resistência, expressa pelas violências simbólicas, como duplas jornadas e o assédio, que ainda fazem parte da rotina jornalística. Os resultados ajudam a entender as práticas nacionais e regionais na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; mulheres; história.

JOURNALISM AS A FIELD OF GENDER DISPUTE: A HISTORICAL RETROSPECTIVE OF THE INSERTION OF WOMEN

ABSTRACT: *The 19th century marked the consolidation of journalism as a field, as well as the beginning of the insertion of women in the area, with influences of urbanization (TRAQUINA, 2005; ROCHA; SOUSA, 2011). Understanding how this process took*

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís – MA – Brasil. Jornalista. Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1190-2547>. jannaina.amorim@gmail.com.

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – São Luís – MA – Brasil. Jornalista. Doutora em Comunicação. Mestre em Letras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7048-3920>. thaisabu@gmail.com.

place is essential to understand the tensions such as the symbolic violence practiced against journalists today. Therefore, this article reviews how the insertion of women in journalism in Brazil took place, observing the power struggles between the subjects for the domination of space. It was found that, since the entry of women into the journalistic market, there is resistance, expressed by symbolic violence, such as double shifts and harassment, which are still part of the journalistic routine. The results help to understand national and regional practices today.

KEYWORDS: *journalism; women; history.*

Introdução

O jornalismo como campo toma forma no século XIX, em decorrência do desenvolvimento do capitalismo e dos processos consequentes, como a industrialização, a urbanização, a alfabetização da população, a profissionalização do jornalismo e sua massificação (TRAQUINA, 2005). Foi também quando as mulheres passaram, ainda que de forma tímida, a ocupar as redações, inclusive no Brasil (ROCHASOUSA, 2011).

Essa inserção não se deu de forma tranquila. A sociedade ridicularizava as jornalistas, assim como as demais que se lançavam no mercado de trabalho, sob a prerrogativas de que não era possível conciliar a carreira profissional com as atividades domésticas (CASADEI, 2011) - reação resultantes das forças dominantes para manter o monopólio de poder (BOURDIEU, 1983). Vale pontuar que as mais pobres, em sua maioria negras, trabalhavam, sem tantas críticas, nas fábricas e nas casas (DUARTE, 2003). No jornalismo também é notada essa assimetria entre as raças, marcada pelo perfil das jornalistas pioneiras: brancas e de classe média, que eram as que tinham acesso à educação formal (DUARTE, 2003). Assim, é possível notar as desigualdades presentes nas ocupações dos diferentes espaços. Situações que são uma demonstração de que os gêneros não gozam do mesmo reconhecimento, sendo que uns podem ou valem mais que outros. Afirmção percebida por meio das relações de poder (LOURO, 2011) e dos sistemas de classificação da sociedade (BOURDIEU, 1983).

Entende-se que essas tensões no campo jornalístico geradas com a entrada das mulheres estão relacionadas a questões de gêneros, compreendido aqui como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75), sendo, portanto, uma construção sociocultural. Assim definidos em duas partes integradas: “como elementos constitutivos de relações sociais baseados na

diferença entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86) que delineiam os mais diversos papéis desempenhados por homens e mulheres e seus respectivos valores sociais e econômicos. É, também, “uma forma primária de dar significação às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), já que o gênero é um dos campos pelo qual o poder é articulado.

Entender a perspectiva histórica da inserção das mulheres, a forma como foram recebidas e as relações construídas é importante para compreender como se estabeleceram algumas práticas na profissão que permanecem nos dias de hoje, como as violências de gênero. É importante, ainda, pelo fato de a identidade da profissão ser composta de resultados de processos como esses que incorporam características e valores (ROCHA; SOUSA, 2011).

Conceituando o gênero

O uso do termo “gênero” e os respectivos estudos sobre o tema são aspectos da busca de legitimidade acadêmica em uma tentativa de reivindicar terreno. Essa preocupação teórica com o termo enquanto categoria analítica é recente, ganhando fôlego em meados dos anos 90, no século XX. Até então, as teorias pautavam questões como a oposição binária entre feminino e masculino e a identidade sexual, mas não necessariamente tratava de gênero enquanto sistema de relações sociais. Assim, o que havia de estudo era insuficiente para explicar as desigualdades e demais complexidades que envolvem homens e mulheres (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003).

Nos anos 70 e 80, o termo “gênero” começou a ser utilizado entre as feministas americanas³ para se referir as distinções baseadas no sexo apoiando a definição de homem e mulher em termos recíprocos e relacionais ao invés do sexo sujeitado a questões biológicas. Passou a considerar como fundamental as relações sociais e as construções culturais entre os sexos (SCOTT, 1995) para a formação das identidades. Dessa forma, as ideias sobre os papéis considerados como homens e mulheres são criações sociais.

Importante pontuar que a análise relacional não é suficiente para tratar as questões que envolvem gênero porque não há estabilidade e nem permanência entre eles, já que o ser homem ou ser mulher é construído socialmente (BUTLER, 2003) e as sociedades possuem um caráter dinâmico que varia conforme os mais diversos contextos, como o histórico e econômico. Além disso,

³ Entendemos como feministas as que aderem ao feminismo, movimento social e intelectual que objetiva dar visibilidade às mulheres, defender sua emancipação, bem como apontar as causas da ausência feminina em várias esferas da vida em sociedade, como a política e a ciência (LOURO, 1997).

a análise relacional pode levar um caráter dicotômico e, considerando a estruturação da sociedade, inferir na superioridade do homem, que é o centro de referência (BEAUVOIR, 1980). Esse viés também pode também levar a uma leitura que ignore a resistência do oprimido, a capacidade dele fazer dos espaços e das instâncias de opressão ou de exercício de poder.

Quando se considera essa concepção de gênero para além do binarismo e do determinismo biológico, o pensamento passa a ser mais plural e as considerações de diversidade de representação das mulheres, e dos homens, ficam mais visíveis. Dessa forma, é possível vislumbrar que as concepções diferem no momento histórico e internamente, de acordo com cada sociedade (LOURO, 1997) e com as realidades nas quais os sujeitos estão inseridos.

Essas mudanças conceituais significaram, ainda, o reconhecimento das pluralidades e particularidades de cada polo, inclusive internas (LOURO, 1997). Significou reconhecer que não há, essencialmente, diferença, que ninguém é essencialmente o outro e que o que é tido como diferente é uma construção que se dá “a partir de um dado lugar que se toma como centro e como referência” (LOURO, 2011, p. 66). Outra questão é que não há unidade no sujeito e por isso há outras intersecções políticas, culturais, raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais que devem ser consideradas (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995; LOURO 1997).

No entanto, quando estamos falando de gênero não estamos falando apenas das construções de papéis masculinos ou femininos. Estas seriam regras arbitrárias atribuídas aos sujeitos, onde cada um sabe a expectativa social e responde a ela. Esse pensamento é simplista, já que a questão deve ser tratada enquanto identidade dos sujeitos, sendo essas plurais, dinâmicas, múltiplas e contraditórias. Nessa perspectiva, entende-se que o gênero constitui o sujeito e que as instituições e as práticas sociais também são assim constituídas e atravessadas (LOURO, 1997).

Baseada nessa amplitude das questões de gênero, Scott (1995) aponta a importância dos estudos para além dos vieses antropológicos e históricos, ressaltando a inclusão de abordagens que envolvam outros aspectos como educação, o sistema político, a identidade subjetiva e mercado de trabalho, que é o foco desse trabalho. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, em especial no jornalismo - área em que se concentra este artigo - e a forma como as relações se expressam até hoje são exemplos de campo e das disputas de poder entre os sujeitos pela dominação do espaço. Além do mais, a análise levando em conta o gênero permite enxergar mecanismos de dominação específicos e as relações de poder (MORAIS; TEMER, 2016).

Campo, gênero, mercado e dominação no jornalismo

Antes da ascensão do capitalismo, as mulheres desenvolviam trabalhos que eram reconhecidos na sociedade, como o cuidado da saúde da família, a fabricação de manteiga e até mesmo o comando de tavernas (DAVIS, 2016). Exerciam trabalhos que inclusive exigiam força, como arar a terra e carregar os filhos (TOLEDO, 2008), o que revela uma imposição cultural para os serviços considerados pesados. Nas sociedades de coleta e caça, os homens saíam para caçar e o provimento deles era incerto, já que a captura de animais nem sempre era garantida. Contudo, a coleta realizada pelas mulheres acontecia cotidianamente, sendo fundamental para a sobrevivência humana (SAFFIOTI, 2011, p. 60).

No século XVII, na Inglaterra, as mulheres ocupavam função de agiotas, donas de papelarias, de navios, de lojas, vendedoras de livros, fornecedoras de roupas para o exército e a marinha, eram varejistas e atacadistas. Chegaram, inclusive, a deter um monopólio na fiação têxtil. No entanto, elas só eram aceitas nesses negócios quando levadas por um homem, por isso faziam parte desses espaços basicamente mulheres casadas (SAFFIOTI, 1976). Esse é um dos motivos que torna difícil tratar de independência econômica feminina nesta época, já que as atividades desempenhadas por elas se desenvolviam apenas no grupo familiar e em função dele.

Por meio de um processo violento de proibições, elas foram impedidas de exercer atividades que não tivessem fins domésticos, seja por meio de leis, seja pelo julgamento social. A inferioridade imputada às mulheres permitiu a ampliação da mão de obra não remunerada (FEDERICI, 2014), com a execução das atividades de casa, que agora não produziam mais mercadoria, sendo, portanto, consideradas sem valor (TOLEDO, 2008). Uma desvalorização arbitrária, uma vez que esse tipo de atividade está na base estrutural da sociedade (BANDEIRA, 2019), já que é em casa que o trabalhador se alimenta e descansa, ações fundamentais para o rendimento no trabalho realizado em outros contextos (TOLEDO, 2008).

Com o advento do capitalismo houve uma reconfiguração e elas passaram a ser “trabalhadoras extra lar” (SAFFIOTI, 1987, p. 61). Com a Pós-Revolução Industrial e a necessidade do mercado por mão de obra, as mulheres passam a trabalhar para as fábricas de tecidos, tendo em vista que a tecelagem era considerada um trabalho tradicionalmente feminino (DAVIS, 2016). É importante notar que essa conquista do trabalho fora da esfera doméstica é ampliada justamente no período de expansão das fábricas e do capital, que declinou as manu-

faturas e exigiu a presença de mais trabalhadores e trabalhadoras (TOLEDO, 2008), ou seja, foi fruto de uma necessidade do capitalismo, não de reconhecimento. Com o surgimento das máquinas, as mulheres passaram a ser contratadas, porque as atividades desenvolvidas dispensavam a força física, motivo pelo qual essa mão de obra era considerada inferior.

Ademais, a expansão fabril ressignificou o valor dos bens.

Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca – em seu poder de satisfazer as demandas por lucro dos empregadores. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista (DAVIS, 2016, p. 241).

A partir disso surge o subproduto ideológico “dona de casa”, realidade de uma parte da sociedade, sobretudo das classes médias emergentes, já que as mulheres com menor poder aquisitivo, principalmente as imigrantes, trabalhavam com péssimas condições e salários nas fábricas. Para estas, dona de casa era mais um dos papéis a serem desempenhados, o que significava outra sobrecarga (DAVIS, 2016).

Além disso, as mães operárias não tinham tempo para amamentar as crianças, pois eram chamadas de volta às fábricas 10 ou 15 dias após o parto e, muitas vezes, para manter os empregos, recorriam ao uso de tranquilizantes para os filhos. A situação acarretava altos índices de mortalidade infantil e as crianças sobreviventes eram incorporadas às fábricas ainda na infância (TOLEDO, 2008).

Havia também outro tipo de mão de obra feminina: a das operárias em domicílio. As mulheres deveriam apenas possuir máquinas de costura. Porém, o rendimento exigido era muito alto e os salários eram tão baixos que elas não conseguiam sequer pagar o equipamento (TOLEDO, 2008). Ou seja, as mulheres continuavam sendo exploradas e acabavam endividadas. Inclusive, mesmo com a diminuição da precarização do trabalho e flexibilização das leis, essa ainda é uma realidade comum atualmente.

De forma geral, se por um lado o trabalho nas fábricas significou liberdade econômica e, conseqüentemente, o início da emancipação feminina, por outro acarretou mais uma jornada, devido aos trabalhos domésticos. Para as trabalhadoras de base das fábricas, isso denotou ainda maior alienação (TOLEDO, 2008). Isso porque a elas foram imputadas múltiplas funções: mãe, dona de casa, esposa e trabalhadora, papéis que consumiam todo o seu tempo. Com isso, há uma reconfiguração e passaram a existir novas fronteiras entre o tempo de trabalho e outros tempos sociais, principalmente para essas mulheres que passaram a viver mais fortemente essa pluralidade dos tempos em função de todos os papéis atribuídos a elas (NEVES, 2013).

Mesmo que o capitalismo não tenha inventado essa subordinação, ela faz parte de sua construção, uma vez que, como já mencionado, se apropriou do trabalho não pago das mulheres (THOMÉ; SCHWARZ, 2015) e de outras questões, como o desprestígio dos trabalhos femininos, tanto social quanto financeiramente. Desse modo, podemos afirmar que colaborou para a hierarquização de gênero no mercado de trabalho.

No Brasil, a industrialização inicia no século XIX. Boa parte das pessoas que ocupavam o universo fabril na condição de trabalhadores ou trabalhadoras eram imigrantes, que passaram a substituir a mão de obra escravizada em função da Lei do Ventre Livre e da Abolição dos Escravos, e uma significativa parcela dessa força de trabalho era composta por mulheres e crianças. Naquela época, assim como no século XX, elas atuavam principalmente nas indústrias de fiação e tecelagem, em condições precárias, ocupando funções menos especializadas e com jornadas que chegavam a 18 horas diárias. Então, se as mulheres em geral ocupavam um lugar social de desprestígio, para as operárias era ainda pior, pois comumente eram consideradas incapazes de realizar qualquer trabalho de origem intelectual ou artística. A elas, eram imputadas apenas as atividades braçais, consideradas de menor valor, inclusive moral (RAGO, 2004).

Essas mudanças trouxeram reflexo também para o Jornalismo. Com a industrialização, a complexificação da organização social e a expansão das fronteiras, houve maior necessidade de intermediação para o conhecimento do mundo (ALMEIDA, 2018). Nesse contexto e influenciado pela globalização e pela informatização da sociedade, há uma tentativa de abandonar a condição de ser uma ocupação para galgar o *status* e o prestígio de profissão (ROCHA; SOUSA, 2011), colaborando para solidificação do campo. Uma grande mudança para área foi a inserção das mulheres, que trouxe as disputas de gênero para o fazer jornalístico, questões que serão abordadas nesta seção.

No Brasil, o processo de profissionalização se intensifica, sobretudo, a partir de 1930, quando são criadas associações e sindicatos, e com a exigência do diploma para o exercício da profissão, no fim da década de 1960 (ROCHA; SOUSA, 2011). Contudo, para além do domínio institucional, o Jornalismo, como espaço propriamente cultural, também é um campo de disputas (BOURDIEU, 1997), marcado pelas escolhas dos sujeitos/agentes que o compõe, pelo lugar de onde falam, suas formulações, escolhas e recusas (PEREIRA, 2015). Fazem parte desse campo, agentes como empresas de mídia, cursos de Comunicação e os profissionais (MARTINO, 2018).

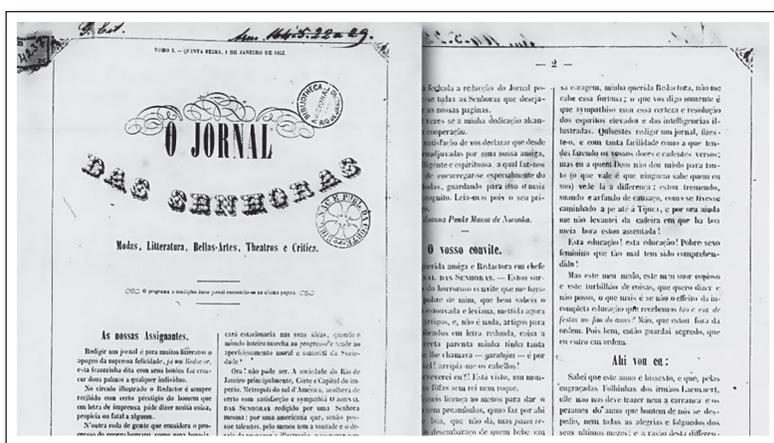
Essa contextualização ajuda a adentrar na questão norteadora desta pesquisa, inserção das mulheres na prática jornalística, e a entender como se constitui esse espaço de trabalho, principalmente porque, durante muitos anos, a área foi um espaço exclusivamente masculino (CASADEI, 2011). De fato, o ingresso das mulheres no mercado jornalístico foi lento, o que mostra a hierarquização e estruturação desse setor (MARTINO, 2018). No Brasil, o cenário começa a ser modificado, inicialmente, com o ingresso das mulheres nas escolas, com a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas, em 1827. Antes disso, meninas só tinham acesso à educação por meio de poucos conventos, que as “guardavam” para o casamento, e de escolas particulares nas casas das professoras ou por meio de ensino individualizado, sendo que a preocupação era o aprendizado de atividades domésticas (DUARTE, 2003).

Vale lembrar que o processo de feminização das profissões, incluindo as do Jornalismo, tem início no contexto da industrialização, impulsionado pela Revolução Industrial e acentuado com as Guerras Mundiais, quando as mulheres brancas passaram a ocupar o lugar dos homens que foram à guerra (SANTOS; TEMER, 2016; ROCHA; SOUSA, 2011). As negras, devido à sua situação de vulnerabilidade econômica e social, resultante do processo de escravização, já desempenhavam trabalhos para além da esfera privada como modo de subsistência (HIGA, 2016). Contudo, mesmo que as guerras tenham sido primordiais para a sua inserção, os cursos de graduação foram as “principais portas de entrada das mulheres no mercado de trabalho em jornalismo” (ROCHA; SOUSA, 2011, p. 9).

No século XIX, já era possível encontrar uma série de atividades femininas ligadas ao Jornalismo. Muitos autores mencionam *O Jornal das Senhoras* (Figura 1) como o primeiro de mulheres, porém há registros de que o *Belona Irada contra os Sectários de Momo* tenha sido o pioneiro, pois fora fundado 19 anos antes, sob direção da poetisa feminista Maria Josefa. Este era um jornal de cunho mais político e foi modelo para muitos outros (MUZART, 2003).

Em relação ao *O Jornal das Senhoras*, ele foi criado pela argentina, erradicada no Brasil, Joana Paula Manso de Noronha, em 1855 (CASADEI, 2011). Tratava de moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica. Tanto a diversificação dos temas, já que o mais comum era que o conteúdo fosse voltado a atividades domésticas, quanto o fato de ter somente jornalistas do sexo feminino representam uma ruptura importante para a história do Jornalismo (MUZART, 2003). Na época, geralmente, quando mulheres trabalhavam em periódicos, escreviam de casa e eram apenas colaboradoras (CASADEI, 2011).

Figura 1 – Primeira edição de *O Jornal das Senhoras*.



Fonte: Captação de tela Jornal da PUC (2020)⁴

Inicialmente, o trabalho das mulheres no Jornalismo era visto como secundário, mesmo quando elas passaram a ocupar cargos de direção. Havia ainda uma ridicularização relacionada à inserção das mulheres no Jornalismo e nas demais áreas que exigiam mais profissionalização, sob a prerrogativa de que era impossível manter um casamento, cuidar de filhos e exercer uma profissão (DUARTE, 2003). Essa atitude contrária à presença das mulheres no campo jornalístico é resultado da ação das forças dominantes que tentavam manter o monopólio, nesse caso de poder, contra o novo, que força o direito de entrada (BOURDIEU, 1983). Enquanto isso, as mais pobres trabalhavam, sem tantas críticas, nas fábricas e em atividades domésticas nas casas das classes mais privilegiadas (DUARTE, 2003). Provavelmente, o fato de o Jornalismo

⁴ Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5484&sid=24>. Acesso em: 09 set. 2019.

se configurar como uma atividade intelectual representava mais uma barreira para as mulheres.

A luta por espaço, que de fato significa poder, autoriza a pensar que no Jornalismo, assim como em outros espaços de trabalho, alguns gêneros podiam e valiam mais que outros no que tange a direitos, oportunidades e reconhecimento. Isso porque os significados são atravessados ou marcados por relações de poder, que resultam em distinções e em hierarquias – classificações que, por sua vez, implicam a noção de diferença. Essas diferenças são atribuídas e nomeadas culturalmente, a partir de uma referência. No caso do Brasil, esse referencial de identidade é baseado no homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão (LOURO, 2011).

E apesar de as mulheres, aos poucos, irem conquistando empregos nas redações, é importante pontuar que estes não eram na grande imprensa. Elas ocupavam espaços, quase sempre, em veículos alternativos, voltados a defender a emancipação feminina, colaborando para o avanço da construção de uma nova identidade feminina (DUARTE, 2003; CASADEI, 2011). De maneira geral, no século XIX, a imprensa feminina era polarizada: de um lado estavam as revistas que valorizavam a imagem de mãe, dona de casa e esposa; e, de outro, as publicações, nos jornais alternativos, mais voltadas às conquistas de direitos e emancipação das mulheres (CASADEI, 2011).

Em 1820, em Recife, no Jornal *Sentinela da Liberdade*, um grupo de mais de 120 mulheres paraibanas publicou um manifesto declarando apoio ao movimento da Independência do Brasil. Apesar de não ser um periódico de mulheres, já sinalizava que havia as que acompanhavam as ideias mais libertárias sobre o posicionamento feminino na sociedade que estavam sendo espalhadas na Europa (TELLES, 2004).

Uma das primeiras a publicar textos em jornais da chamada “grande imprensa” foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha – Floresta, em homenagem ao pai; Augusta, em homenagem ao segundo marido, que foi seu grande amor; e Brasileira, ao sítio onde ela nasceu, no Rio Grande do Norte (DUARTE, 2003; TELLES, 2004).

Ela trouxe para o Brasil pensamentos sobre as mulheres revolucionários para época, como direitos relacionados à educação e ao trabalho. Para Nísia, o ensino era uma ferramenta para mudar tanto a consciência quanto a vida material (TELLES, 2004). A autora reconhecia a defasagem cultural do país, pois, enquanto na Europa as reivindicações versavam sobre a educação já existente, aqui as mulheres lutavam para serem consideradas seres pensantes e a alfabetização ainda era muito restrita (DUARTE, 2003).

Algumas mulheres de classe média foram fundadoras e/ou dirigiram periódicos no século XIX. No Rio Grande do Sul, há os periódicos *Escrínio*, de Andradina América de Andrada de Oliveira e que começou a circular em 1899, e o *Corymbo*, de Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, cuja publicação foi em 1884. Os jornais cobriam principalmente a atuação de mulheres na arte e em várias outras profissões (TELLES, 2004).

Em 1873, foi veiculado o primeiro número de *O Sexo Feminino*, de Francisca Senhorinha da Mota Diniz (Figura 2), defensora da capacidade intelectual das mulheres para atuarem em qualquer área e da autonomia econômica para a libertação feminina (TELLES, 2004), o que era bem ousado para época, quando elas ainda viviam uma realidade cercada de repressão e submissão. O jornal circulou na cidade de Campanha, Minas Gerais (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Figura 2 – Primeira edição de *O Sexo Feminino*.



Fonte: Biblioteca Digital Brasil⁵

⁵ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em: 9 set. 2020.

Outro jornal da época é o *A Família*, que surgiu em 1888, em São Paulo, fundado por Josefina Álvares de Azevedo, republicana, apoiadora da liberdade dos negros e da emancipação feminina, defendendo o direito ao divórcio e ao acesso à educação e o direito de votar e ser votada. Um ano depois da fundação, o jornal foi transferido para o Rio de Janeiro (TELLES, 2004). Alguns anos depois, mais precisamente em 1897, com o mesmo objetivo de endossar a luta pela emancipação das mulheres, é fundada por Prisciliana Duarte de Almeida, também em São Paulo, a revista *Mensageira*. Era uma revista de cunho mais literário, porém veiculava conquistas das profissionais femininas (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007).

Mais um nome de destaque nessa luta foi o de Narcisa Amália de Campos (1852-1924), nascida no Rio de Janeiro, que, em 1870, lançou o livro de poemas chamado *Nebulosas*. Ela escreveu para jornais como *O Rezendense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família* e *O Garatuja*. Ela tinha ideais abolicionistas, democráticos, progressistas e de liberdade e igualdade.

Maria Benedicta Camara Bormann nasceu um ano depois de Narcisa, em Porto Alegre. Ela usava o pseudônimo de Délia e colaborou para vários jornais do Rio de Janeiro, onde viveu boa parte de sua história, tais como: *A Gazeta da Tarde*, *A Família* e *O Paiz*. Foi das primeiras a favor da afirmação da sexualidade feminina. Já Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) foi jornalista e uma das poucas a viver da escrita. Escreveu para *O Paiz* e *A Semana* textos nos quais defendia questões como a urbanização das cidades, a educação das mulheres e o divórcio (TELLES, 2004).

Há ainda as escritoras anarquistas, cuja escrita estava mais ligada às causas operárias, tais como: Matilde Magrassi, que escreveu para os jornais *A Terra Livre* e *O Amigo do Povo*, de São Paulo; Isabel Cerruti, que escreveu para o *A Plebe*; e Sônia Oiticica, que dirigiu o jornal *Ação Direta* (RAGO, 2004).

Ligado ao partido Republicano Feminino, em 1919, foi fundado no Rio de Janeiro por Leolinda Daltro, o periódico *A Tribuna*, que pretendia promover a representação e integração das mulheres na política, sendo que o jornal era uma ferramenta para alcançar os objetivos do partido (TELLES, 2004).

No Maranhão, no século XIX, assim como no restante do Império, o acesso à educação era difícil e o ensino era precário. A escola era frequentada, predominantemente, por meninos. A abolicionista Maria Firmina dos Reis foi a primeira romancista brasileira e, como tal, colaborava com a imprensa local, com publicações de antologias. A escritora publicou *Úrsula*, em 1859, romance que tem como protagonista uma mulher. Tudo isso quando o gênero literário por si era mal visto e considerado danoso para as moças.

A inserção das mulheres na escrita, seja no Jornalismo, seja na Literatura, é um avanço importante, já que, até então, o mundo era retratado sob a ótica masculina, representando mais um campo em que elas estavam sujeitas à autoridade dos homens (TELLES, 2004).

A fase da inserção das mulheres nas redações, que Duarte (2003) chama de “Primeira onda”, é marcada por uma participação tímida e anônima das mulheres. Segundo a autora, esse foi o primeiro passo da feminização do Jornalismo. Na “Segunda onda”, o direito à educação passou a ser mais pautado. A autora caracteriza como “espantoso” o número de periódicos feministas no Rio de Janeiro nesse momento e salienta que as publicações passaram a ter um viés mais jornalístico e menos literário. Na “Terceira onda”, já no século XX, a reivindicação mais evidente é o direito ao voto. Ganha fôlego também a luta pela instrução da classe operária. É também nesse momento que as mulheres passam a ocupar as redações em maior quantidade, inclusive em periódicos de maior circulação. Assim, os jornais vão deixando de ser predominantemente masculinos, principalmente devido ao processo de profissionalização da área e às transformações sociais iniciadas no século XX (ROCHA; SOUSA, 2011; PORTELA, 2018).

Nos anos 1970, aconteceu a “Quarta onda” do processo de inserção das mulheres na imprensa, período em que o Brasil viveu a censura da Ditadura Militar. Ainda assim, temas como sexualidade, direito ao prazer e aborto são abordados em periódicos feministas. Duarte (2003) cita o jornal *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, que publicavam textos sobre essas temáticas.

Vale pontuar que, em outros países, os periódicos mais alternativos existiam desde os anos 30 do século passado. A exemplo da Argentina, onde já circulavam jornais feministas desde 1830, e dos Estados Unidos, onde as mulheres, da segunda metade do século XIX até o início do século XX, usavam disfarces para elaboração de suas reportagens, ficando conhecidas como *stunt girls*⁶. A estratégia foi importante para que elas passassem gradativamente a ocupar um espaço profissional considerado masculino (SANTOS; TEMER, 2016). Assim, no século XIX, embora de forma restrita, elas já conquistavam as grandes redações (CASADEI, 2011).

É verdade que essas jornalistas, em geral, eram brancas, de classe média, solteiras e filhas ou esposas de jornalistas – quando casadas, conquistavam espaço na área, normalmente, porque a família enfrentava problemas financeiros

⁶ Definição para “repórteres que utilizavam o disfarce ou a performance para a elaboração de suas reportagens” (SANTOS; TEMER, p. 38), estratégia que inspirou a forma de fazer jornalismo investigativo, garantiu o espaço das mulheres no jornalismo e foi inspiração para que elas passassem a ocupar outras áreas.

(CASADEI, 2011). Esse perfil mostra a restrição social e econômica para as mulheres que ocupavam a profissão. Entre as jornalistas negras que se destacaram está Victoria Earle Matthews, que escreveu para periódicos alternativos como *The Boston Advocate*, *Washington Bee* e a revista *The Woman's Era*.

Apesar da veiculação do material mais voltado para as mulheres donas de casa, há avanços, para além da linguagem, seja nos jornais feitos por negros, seja nos demais, tais como o caráter emancipatório que foi a entrada das trabalhadoras na imprensa. Casadei (2011) chama a atenção para a atuação feminina no universo simbólico como agentes da luta pelo reconhecimento, sobretudo, da raça. Isso porque, uma vez dentro das redações, elas começaram a pautar assuntos relativos à emancipação feminina. O *The Revolution*, por exemplo, em um dos seus editoriais de 1868, criticava a ideia de que as mulheres eram criadas para o homem:

[...] nós declaramos guerra até a morte à ideia de que a mulher foi criada para o homem. Nós conclamamos a mais alta verdade de que, como o homem, ela foi criada por Deus para a responsabilidade moral individual e para o progresso, aqui e para sempre (CASADEI, 2011, p. 6).

Entretanto, apesar dessas conquistas, os conflitos não deixaram de existir, já que a inserção das mulheres representava uma disputa por espaço e poder. Casadei (2011) relata que o *The New York Sun*, um jornal de *mainstream*, fez uma crítica sugerindo que Elizabeth Staton, uma das criadoras do jornal feminista *The Revolution*, prestasse mais atenção aos deveres domésticos. Porém, esse mesmo periódico publicou, logo após a Guerra de Secessão, no século XIX, a primeira reportagem geral produzida por uma mulher, Emily Verdery Bettey (SANTOS; TEMER, 2016).

A diversificação de gênero no interior das redações, bem como do conteúdo dos jornais, além de ser resultado da resistência das mulheres jornalistas, visa também atrair a atenção de um novo nicho de mercado, que é o público feminino (BANDEIRA, 2019), o que significa que a feminização também é resultado de uma demanda mercadológica.

Contudo, apesar dos avanços, em linhas gerais, o Jornalismo continua sendo um espaço de disputas: há desigualdades salariais e elas tendem a ser excluídas dos cargos de maior prestígio. Segundo dados da ABRAJI (2017), 86,4% das mulheres já passaram por pelo menos uma situação de discriminação de gênero e 70,2% já presenciaram ou sabem de alguma colega que tenha sido assediada.

Esses números são reflexos da cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 2012), que legitima e naturaliza esse tipo de comportamento dos homens (FUKUDA, 2012), e evidenciam que o aumento de mulheres nas redações não é sinônimo de igualdade de condições de trabalho ou de condutas nas empresas. Essa desigualdade é, ainda, um indicador da força coerciva dos valores e das ideologias profissionais que formatam jornalistas, cujas ações são baseadas nos marcadores sociais de diferença de gênero dicotomicamente naturalizados (LELO, 2019).

Essa naturalização é chamada por Bourdieu (2012) de violência simbólica, pois não é algo dado, mas sim imposto por mecanismos criados para isso.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Esse respaldo acontece por meio de um conjunto de crenças e técnicas que forma o sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem que opera como um sistema classificatório, orientando a forma de ver do sujeito e seu modo de entender e perceber o mundo, interiorizando as normas e os valores sociais, em um processo que acontece inconscientemente (BOURDIEU, 2012).

É importante pontuar que o sujeito não é um indivíduo, mas um ser agente. Assim, esse sujeito também exerce influência na estrutura, com base no capital social apreendido por ele (BOURDIEU, 1983). Dessa forma, a ação dos homens é vista como uma manifestação de honra e virilidade, provas de potência sexual. A atitude está estruturada nas relações de dominação estabelecidas e, por esse motivo, os atos são vistos como reconhecimento e legitimados por uma cultura de dominação masculina, sustentando sua autoridade (BOURDIEU, 2012).

Cabe pontuar que a violência de gênero pode abranger vítimas homens e mulheres, de qualquer idade. No entanto, devido “a função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais” (SAFFIOTI, 2011, p. 115) e possuem a autorização ou a tolerância da sociedade para punir o

que é considerado desvio. Dessa forma, a capacidade de mando ou de dominação é auxiliada pela violência, física e simbólica. Esta última, por vez, é incorporada também pelas categorias sociais dominadas (SAFFIOTI, 2011).

Assim, as mulheres são reféns daquilo que elas também consideram como verdade e que os outros reconhecem como tal (SANTOS; TEMER, 2016). As subjetividades, das e dos jornalistas, são construídas por essas relações, abusivas, de poder. Assim, as mulheres incorporam as violências de gênero, que vão desde o assédio até a postura da pseudo-heroína (na verdade, a trabalhadora duplamente explorada), que se embrenha em várias jornadas (SANTOS; TEMER, 2016, p. 55), o que não descarta o seu poder de resistência (SAFFIOTI, 2011).

Partindo do pressuposto dessa agência do sujeito, é importante compreender a forma como o indivíduo se relaciona com esses conflitos do campo. As ações do sujeito no mundo têm como base a interação social, a “maneira como outras pessoas agem em relação a si no tocante ao elemento” (BLUMER, 1980, p. 121) da realidade, que por sua vez abarca desde objetos físicos até pessoas, instituições, ideais norteadores e situações do cotidiano.

As categorias, rótulos e classificações não têm significados por si sós. São representações simbólicas dadas pelos sujeitos – inseridos em formas institucionais históricas, como a família, o capitalismo e o sistema patriarcal – que refletem o ordenamento, as formas de ser e estar no mundo, que são materializadas nas interações sociais (GADEA, 2013; FERREIRA; BUENO; ALVES, 2017). Os símbolos culturais são produzidos por instâncias de poder, que historicamente associam o feminino ao que é frágil, sensível, subordinado em oposição ao centro normativo masculino, representação que é relacionada a ideais como força e virilidade (SILVA, 2010).

Assim, os sujeitos são produtos e produtores da realidade em que estão inseridos, já que são ativos e capazes “de interpretar, de usar seu raciocínio para decidir” (FERREIRA; BUENO; ALVES, 2017, p. 458). Dessa forma, as relações de gênero no Jornalismo e nos demais campos de atividades são resultantes das interações sociais em que o sujeito age mediante a interação consigo, com o outro e com o mundo (FERREIRA; BUENO; ALVES, 2017).

Blumer (1980) e Martin-Barbero (2018), partindo do princípio de que “as relações humanas são interpessoais, na medida em que são agenciadas por pessoas, cada qual com sua história singular de contatos sociais” (SAFFIOTI, 2011, p. 82), de certa forma, inverteram as análises sociais quando buscaram entender o papel dos sujeitos nos processos. Para tanto, esses autores enfatizaram os aspectos históricos e culturais que formam o contexto em que os agentes estão inseridos, apontando que “hoje são sujeito/objeto de cultura tanto a arte

como a saúde, o trabalho ou a violência” (MARTIN-BARBERO, 2018, p. 14), incluindo o gênero.

Nesse sentido, Martin-Barbero (2018) menciona a luta contra-hegemônica das mulheres na sociedade:

Refiro-me especialmente à lenta e profunda revolução das mulheres – quem sabe a única que deixa marcas deste decepcionante século na história – sobre o mundo da cultura e da política, articulando o reconhecimento da diferença com o discurso que denuncia a desigualdade, e afirmando a subjetividade implicada em toda ação coletiva (MARTIN-BARBERO, 2018, p. 20).

Essa discussão permite afirmar que a inserção das mulheres na imprensa é resultado do contexto, mas também da agência dos sujeitos que insistiram para romper com o padrão de uma época. As tensões geradas e expressas, inicialmente, por meio das críticas nos próprios jornais e, posteriormente, pelas violências simbólicas, como as duplas jornadas, o assédio e outras violências de gênero, que são vividas até hoje, mostram que esse não é um processo tranquilo.

São indícios também das características do campo, levando em conta o que Bourdieu (1983) fala sobre as forças de manutenção. Ele aponta que o processo subversivo, neste caso o da inserção das mulheres no Jornalismo, permanece dentro de certo limite, de modo que as revoluções são parciais e não colocam em xeque os fundamentos e as crenças sob os quais as relações são estabelecidas.

Considerações finais

A inserção das mulheres jornalistas se dá, de forma tímida, no século XIX influenciado pela urbanização e pelo maior número de acesso das pessoas à educação e, conseqüentemente, à alfabetização. É também nessa época que a área passa a ser consolidada como campo, entendido como espaço de lógica específica e de disputas entre os agentes e instituições (BOURDIEU, 1983) – enquanto uns tentam se manter em determinados espaços, há os que tentam ser inseridos.

Por meio da retrospectiva histórica, percebe-se que a entrada delas no jornalismo se deu de forma conflituosa e a valorização dos atributos considerados masculinos. Isso é notório devido às críticas, como uma postura de dominação, feitas na época àquelas que desbravaram a área. As primeiras que ocupavam esse espaço eram, em sua maioria, brancas e de classe média, perfil que mostra a restrição social e econômica para as mulheres que ocupavam a profissão.

Somente no século XX, as jornalistas passam a ser maioria nas redações e a fazer parte de grandes veículos. Até então, elas escreviam para jornais alternativos e, durante algum tempo, no anonimato. A postura delas, desde o princípio, com a criação dos periódicos alternativos, rompe com o estereótipo da passividade feminina e evidencia uma postura de resistência, apontado a agência dos sujeitos (MARTIN-BARBERO, 2018) que provocaram uma ruptura no campo, neste caso, em busca da ampliação de direitos. Importante pontuar que a entrada dessas profissionais, embora não deixe de ser uma conquista, se deu por uma conjuntura composta pela necessidade do mercado e pela profissionalização das mulheres na área devido à expansão das universidades.

Atualmente, 64% do total de profissionais que atuam no jornalismo são mulheres, segundo levantamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que ouviu 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior esse número. No entanto, as violências sofridas por elas, como discriminação salarial, o pequeno número de mulheres na posição de chefia e o assédio evidenciam a naturalização das hierarquias de gênero e as tensões do campo (ABRAJI, 2017). Naturalização que, segundo Bourdieu (2012), não é algo dado. É construída por um conjunto de crenças e técnicas, que forma o sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem. Os problemas enfrentados pelas jornalistas mostram que há segregação sexual no mercado, o que é contraditório, já que se espera é que o jornalismo seja um mecanismo para a promoção da igualdade e do combate ao preconceito, inclusive de gênero.

Essas assimetrias, que marcam um campo tão importante para a sociedade, convidam para algumas reflexões: no interior, uma área que deveria atuar para construir uma sociedade com menos marcas de desigualdades foi constituída com assimetrias de gênero desde a inserção das mulheres até os dias atuais. Assim, como são retratadas as questões de gênero nas notícias? Estaria esse campo atuando para reforçar as disparidades e acentuar as discriminações de gênero? Questões que mostram que ainda há um longo percurso quando se trata dos estudos envolvendo mulheres e jornalismo.

REFERÊNCIAS

ABRAJI. Gênero e Número. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. Relatório, 2017. Disponível em: http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

ALMEIDA, G. C. C.de. **A mulher na pesquisa em jornalismo**. 2018, 149f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BANDEIRA, A. P. B. da S. **Jornalismo e feminização da profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Pierre Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. *In*: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BLUMER, H. A natureza do interacionismo simbólico. *In*: MORTENSEN, C. D. **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASADEI, E. B. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88218>. Acesso em: 22 mar. 2023.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, C. L. Feminismo e Literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151 - 172, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. Acesso em: 23 jun. 2019.

FEDERICI, S. **Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2014.

FERREIRA, F.; BUENO, T.; ALVES, M. Interaccionismo simbólico como una herramienta teórica y metodológica para el estudio en el ciberespacio. **Razón y Palabra**, México, v. 21, n. 196, p. 456-475, 2017. Disponível em: <https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/843>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FUKUDA, R. F. ARTIGO - Assédio sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica - Revista Eletrônica**, Espírito Santo, v. único, n. 1, jun. 2012. DOI: 10.47456/simbitica.v1i1.4512. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>. Acesso em: 22 mar. 2023.

GADEA, C. A. Interacionismo simbólico e os estudos sobre cultura e poder. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, maio-ago., 2013.

HIGA, F. da C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12 n. 2, maio-ago., 2016.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n. 2, 2019.

LOURO, G. L. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul., 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTIN BARBERO, J. Dos meios às mediações: introduções. **Matrizes**, São Paulo, v.12, n. 1 jan./abr. 2018.

MARTINO, L. M. S. **Métodos de pesquisa em comunicação**: projetos, ideias, prática. Petrópolis: Vozes, 2018.

MORAIS, A. M. de; TEMER, A. C. R. P. Feminização e relações de gênero no jornalismo goiano. *In*: 3º Encontro Regional Centro-Oeste de História da Mídia, 2016, Mato Grosso do Sul. **Caderno de Resumos**, Mato Grosso do Sul: Associação Brasileira de Pesquisadores da História da Mídia (Alcar), junho de 2016.

MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p.225-233, 2003.

NASCIMENTO, C. V.; OLIVEIRA, B. J. O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 429-457, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644835>. Acesso em: 22 mar. 2023.

NEVES, M. de A. Anotações sobre gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.43, n.149, p. 404-421, maio/ago. 2013.

PORTELA, M. R. **Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56614>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PEREIRA, E. A. T. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337 – 356, set./dez. 2015.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. O mercado de trabalho feminino

em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil. **Impulso**, Piracicaba, v. 21, n. 51, jan.-jun. 2011.

SANTOS, M. dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. **C&S**, São Bernardo do Campo, v. 38, n. 3, p. 35-58, set./dez. 2016

SAFFIOTI, H. A questão da mulher na perspectiva socialista. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 27, p. 82–100, 2011. DOI: 10.23925/ls.v0i27.18733. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18733>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, M. V. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (org.). **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

TOLEDO, C. A mulher no mundo do mercado. *In*: **O gênero nos une, a classe nos divide**. Marxismo e Opressão. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008. p. 37-68

THOMÉ, C. F.; SCHWARZ, R. G. Desigualdade em razão de gênero e divisão sexual do trabalho: suas consequências sobre a saúde das trabalhadoras. **Revista Direitos Humanos Fundamentais**, Osasco, v. 15, n.2, p. 187-202, jul-dez, 2015.

O jornalismo como campo de disputa de gênero: uma retrospectiva histórica da inserção da mulher na imprensa

Recebido em: 22 de abril de 2022

Aprovado em: 20 de setembro de 2022